

LÍNGUA PORTUGUESA

Há salvação para o ensino público

1 O resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), disponível desde
2 ontem na página do Ministério da Educação na internet, evidencia o grau de
3 degradação a que chegou a educação pública no país. Das mil escolas com piores
4 notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais. Por outro lado, entre as mil
5 melhores, figuram apenas 36 instituições estaduais de ensino. Forçoso lembrar que
6 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais.
7 Portanto, de posse desses números tão pífios quanto chocantes, os governantes
8 deveriam agir sem demora, concedendo total prioridade à educação, a fim de evitar
9 que mais uma geração de brasileiros se perca nos limites da iliteracia.

10 Embora tenha conseguido vencer o desafio da universalização no acesso ao
11 ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil continua atrasado em relação à
12 qualidade oferecida pela rede pública no ensino médio. Já se tornou tristemente
13 comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos
14 mais complexos ou mesmo fazer as quatro operações aritméticas. Num mundo cada
15 vez mais marcado pelo avanço do conhecimento e pela inovação tecnológica, o
16 Brasil segue na contramão, embora tenha bons exemplos a mirar.

17 Não se trata de copiar a fórmula da rede particular de ensino (que, aliás,
18 domina a lista do Enem, com 905 entre os mil estabelecimentos com notas mais
19 altas). Há boas escolas públicas no nível fundamental, conforme revelou o estudo
20 'Aprova Brasil – O direito de aprender'. [...]

21 De acordo com o estudo, os projetos pedagógicos com melhores resultados
22 são exatamente os que apelam para a simplicidade e a criatividade. Ou seja, a chave
23 do sucesso não está necessariamente relacionada à qualidade da infraestrutura nem
24 à disponibilidade de recursos. Algumas escolas montaram bem-sucedidos programas
25 de leituras sem terem biblioteca. [...] Mais importante ainda: embora os colégios
26 analisados estivessem situados em diferentes contextos socioeconômicos, tinham
27 algo em comum: professores empenhados e capacitados, estabilidade do corpo de
28 funcionários administrativos e forte apoio dos pais, principalmente na fiscalização da
29 frequência, no controle das lições de casa e até na confecção de lanches.

30 Portanto, é possível elevar a qualidade da educação pública a partir de
31 medidas simples e baratas – bastando, para isso, vontade política e orientação. Mas
32 não há mais tempo a perder.

<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/04/29/e290424712.asp>

COM BASE NO TEXTO, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 01 A 10.

01. O propósito comunicativo do texto é, sobretudo,

- (A) criticar a realização das avaliações do ENEM.
- (B) incitar o leitor a lutar em defesa da escola pública.
- (C) mostrar que a educação pública no Brasil pode melhorar.
- (D) descrever, com detalhes, o sistema de ensino na educação básica.

02. Os resultados do ENEM revelam que

- (A) as escolas da rede pública apresentam uma atuação medíocre.
- (B) a maioria dos estudantes do nível médio pertence às escolas estaduais.
- (C) o Brasil venceu o desafio da universalização no acesso ao ensino fundamental.
- (D) os estabelecimentos de ensino da rede particular têm um desempenho inexpressivo.

03. Há uma estratégia concessiva na seguinte passagem do texto:

- (A) “Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais” (linhas 3-4).
- (B) “Forçoso lembrar que 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais” (linhas 5-6).
- (C) “os governantes deveriam agir sem demora, concedendo total prioridade à educação, a fim de evitar que mais uma geração de brasileiros se perca nos limites da iliteracia” (linhas 7-9).
- (D) “Embora tenha conseguido vencer o desafio da universalização no acesso ao ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil continua atrasado em relação à qualidade oferecida pela rede pública no ensino médio” (linhas 10-12).

04. Com base no contexto lingüístico, pode-se depreender que o vocábulo *iliteracia* (linha 9) significa

- (A) instrução.
- (B) qualidade de literário.
- (C) qualidade do que é literal.
- (D) condição ou estado de iletrado.

05. Entre os motivos que explicam o sucesso de certas escolas públicas de nível fundamental, são citados no texto o(a)

- (A) inovação tecnológica e programas de leituras.
- (B) apoio dos pais e a presença de professores capacitados.
- (C) disponibilidade de recursos e a fiscalização da frequência.
- (D) qualidade da infraestrutura e projetos pedagógicos criativos.

06. Nos enunciados “**Portanto**, é possível elevar a qualidade da educação pública a partir de medidas simples e baratas” (linhas 30-31) e “**Mas** não há mais tempo a perder” (linhas 31-32), as palavras destacadas em negrito expressam, respectivamente :

- (A) explicação e adição.
- (B) restrição e conclusão.
- (C) conclusão e oposição.
- (D) consequência e explicação.

07. Quanto às noções de sintaxe, é **correto** afirmar que

- (A) a oração “concedendo total prioridade à educação” (linha 8) expressa modo.
- (B) o pronome “que” em “que, aliás, domina a lista do Enem” (linhas 17-18) exerce a função de objeto.
- (C) “Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais” (linhas 3-4) é uma oração sem sujeito.
- (D) “Já se tornou tristemente comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos mais complexos” (linhas 12-14) é um período composto por coordenação.

08. Quanto aos fatos gramaticais da língua, pode-se afirmar que o(a)

- (A) mudança da posição do adjetivo em “bons exemplos a mirar” (linha 16) altera o sentido da expressão.
- (B) pronome “os”, em “são exatamente os que apelam para a simplicidade e a criatividade” (linha 22), refere-se a “resultados”.
- (C) vocábulo “aliás”, em “que, aliás, domina a lista do Enem” (linhas 17-18), poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por “a propósito”.
- (D) conjunção “já” em “Já se tornou tristemente comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos mais complexos” (linhas 12-14), é empregada com valor alternativo.

09. A relação de idéias existente entre os enunciados

“Não se trata de copiar a fórmula da rede particular de ensino” (linha 17)

e “Há boas escolas públicas no nível fundamental” (linha 19),

poderia ser explicitada por meio do conectivo

- (A) “porém”.
- (B) “portanto”.
- (C) “enquanto”
- (D) “visto que”.

10. Observe o documento abaixo:

Maria Auxiliadora Sena da Silva, professora de Ciências deste estabelecimento de ensino, vem mui respeitosamente solicitar a V. S.^a os incentivos a que tem direito por ter concluído o Curso de Especialização em Biologia, no dia 16 de maio de 2009.

Trata-se do fragmento de um

- (A) aviso.
- (B) ofício.
- (C) memorando.
- (D) requerimento.

LEGISLAÇÃO

11. A LDB atual, em seu artigo 1º disciplina:

- (A) as práticas formativas que se desenvolvem na sociedade civil e nas instituições públicas de ensino.
- (B) as práticas escolares que se desenvolvem em ambientes institucionais e não institucionais presentes nos sistemas de ensino dos estados e municípios brasileiros.
- (C) a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.
- (D) a educação escolar pública que se desenvolve em instituições públicas, deixando a normatização das práticas escolares privadas a critério de leis complementares.

12. De acordo com a LDB, não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- (A) pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- (B) uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- (C) aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- (D) remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação.

13. A LDB atual determina que constitui princípio de ensino:

- (A) Gratuidade da escolaridade em estabelecimentos de ensino.
- (B) Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- (C) Valorização do profissional do ensino público.
- (D) Gestão democrática do ensino privado, na forma da LDB e da legislação dos sistemas de ensino

14. O acesso ao ensino fundamental é

- (A) direito público inexistente.
- (B) direito público objetivo.
- (C) direito privado sindicalizado.
- (D) direito público subjetivo

15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão os seus respectivos sistemas de ensino em

- (A) modalidades exclusivas.
- (B) regime distributivo.
- (C) regime de colaboração.
- (D) leis orgânicas independentes.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

16. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, constitui objetivo do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de:

- (A) ler, escrever e contar, dominando, prioritariamente, as diferentes formas de expressão e culturas do lugar onde vivem.
- (B) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações.
- (C) ter acesso ao conjunto de conhecimentos elaborados na escola e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.
- (D) compreender a cidadania como participação nas eleições municipais e das associações locais como exercício de direitos e deveres políticos.

17. De acordo com a Constituição Federal:

- (A) A oferta de ensino noturno regular será adequada às condições dos estabelecimentos de ensino oficiais.
- (B) O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, dar-se-á preferencialmente na rede regular de ensino.
- (C) O ensino é livre à iniciativa pública, atendidas as normas gerais da educação nacional.
- (D) Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino médio e profissionalizante.

18. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente,

- (A) é proibido qualquer trabalho a menores de doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- (B) é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, apesar de lhes ser vedada a participar da definição das propostas educacionais.
- (C) a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.
- (D) é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o ensino médio, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

19. Sobre a gestão democrática da escola, é verdadeiro afirmar que:

- (A) a democratização almejada nas relações escolares deve ser tratada como uma questão natural e isenta de conflitos, já que a função do diretor, mais burocrática que política, deve ser encarada a partir de seus pressupostos técnicos, pedagógicos e metodológicos.
- (B) a participação dos setores técnicos da escola deve ser priorizada nos processos de construção das relações democráticas na escola, já que possuem competência para agregar valor às estratégias pedagógicas e na definição dos conteúdos e fins da organização da escola.
- (C) as teorias a respeito da administração escolar têm proliferado no Brasil nos últimos anos, no sentido de reafirmar as práticas de gestão centralizadas como condição necessária para o desenvolvimento de uma sociedade democrática.
- (D) a consolidação da gestão democrática deve considerar que as dinâmicas das relações de poder no interior da escola poderão entrar o avanço do processo, sendo imprescindível que o contínuo esforço humano seja coletivo e não destinado a satisfação de interesses individuais.

20. Para Vygotsky o desenvolvimento ocorre ao longo da vida. Segundo esse teórico, o sujeito da aprendizagem é:

- (A) ativo.
- (B) passivo.
- (C) interativo.
- (D) neutro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As questões a seguir foram inspiradas em excertos do livro *Língua, texto e ensino: outra escola possível*, de Irandé Antunes, que versam sobre itens do programa. Leia-os, com atenção, para assinalar a opção correta.

TEXTO 1 - Questões 21 a 25

A língua sob novos olhares

A língua, por um lado, é provida de uma dimensão imanente, aquela própria do *sistema em si mesmo*, do sistema autônomo, em potencialidade, conjunto de recursos disponíveis; algo pronto para ser ativado pelos sujeitos, quando necessário. Por outro lado, a língua comporta a dimensão de *sistema em uso*, de sistema preso à realidade histórico-social do povo, brecha por onde entra a heterogeneidade das pessoas e dos grupos sociais, com suas individualidades, concepções, histórias, interesses e pretensões. Uma língua que, mesmo na condição de sistema, continua fazendo-se, construindo-se.

Pela ótica dessa última dimensão, a língua deixa de ser apenas um conjunto de signos (que tem um significante e um significado); deixa de ser apenas um conjunto de regras ou um conjunto de frases gramaticais, para definir-se como fenômeno social, como uma prática de atuação interativa, dependente da cultura de seus usuários, no sentido mais amplo da palavra.

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editora, 2009, p. 21.

21. Irandé Antunes admite que a língua é, ao mesmo tempo,

- (A) sistema de signos e representação do pensamento.
- (B) conjunto de signos e de regras e espaço de interação social.
- (C) meio de expressão de sentimentos e de transmissão de informações.
- (D) forma de representação da realidade e instrumento de expressão da subjetividade.

- 22.** Ao reconhecer que a língua comporta uma dimensão “por onde entra a heterogeneidade das pessoas e dos grupos sociais”, Irandé Antunes refere-se
- (A) ao fenômeno da variação linguística.
 - (B) às especificidades da modalidade oral da língua.
 - (C) aos princípios de cooperação que regulam as interações verbais.
 - (D) às especificidades estilísticas que dizem respeito à manifestação literária.
- 23.** Compreender a língua como um *sistema em uso* significa concebê-la como um conjunto
- (A) fixo e imutável, impermeável às situações de comunicação.
 - (B) sistemático, mas heterogêneo, aberto, móvel e variável, que se concretiza nas práticas sociais.
 - (C) de estruturas que se organizam em vários planos: fonológico, morfológico, sintático e semântico.
 - (D) potencial de signos e regras morfossintáticas que compõem uma estrutura invariável e homogênea.
- 24.** Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNLP) preconizam o ensino da *língua em uso*. Em um ensino que assume essa perspectiva, devem-se realizar atividades que levem o aluno a
- (A) sistematizar aspectos formais da língua, desvinculados do ato interlocutivo.
 - (B) refletir sobre o conjunto de regras e de frases gramaticais que constituem a língua.
 - (C) compreender o conjunto de recursos disponíveis que constituem o sistema linguístico.
 - (D) saber utilizar a língua, em situações subjetivas e/ou objetivas que exijam graus de distanciamento e reflexão sobre contextos e estatutos de interlocutores.
- 25.** Os conteúdos propostos nos PCNLP estão organizados em dois eixos: uso e reflexão. Entre os conteúdos que constituem o *eixo do uso*, encontra(m)-se
- (A) o léxico e as redes semânticas.
 - (B) a constituição do contexto de produção.
 - (C) a organização estrutural dos enunciados.
 - (D) os processos de construção de significação.

TEXTO 2 - Questões 26 a 30

Na maioria das gramáticas, quando as regras de colocação pronominal são apresentadas, fecha-se totalmente a possibilidade de um padrão brasileiro diferente. Ao contrário, se assume um tom ostensivamente prescritivo (“Não se inicia período por pronome átono”) e indiscriminado (sem referência nem a Portugal nem ao Brasil), valendo, assim, para um português geral, abstrato, sem referência localizada.

Vale a pena perguntar-se e avaliar: qual o conceito de norma que adotamos quando propomos certas regras da língua? [...] O conceito de norma pode equivaler a regra, que todos devem incondicionalmente seguir, sendo, assim, projetiva, no sentido de que regula as produções que vão acontecer, como pode corresponder àquilo que regularmente ocorre em um determinado contexto, sob certas condições, correspondendo, portanto, àquilo que é regular, que costuma acontecer nos usos cotidianos da língua.

São dois sentidos, então, para o conceito de norma: o que é regra, prescrição de uso; o que é regular, costumeiro nos usos de determinado grupo. No primeiro caso, norma implica normatividade; no segundo, implica regularidade.

Nessa ótica, a norma que desconsidera o uso real dos diferentes grupos sociais revela-se inconsistente; conseqüentemente, é improcedente o julgamento da correta padronização da língua que deixa de levar em conta o que, de fato, se diz em determinada comunidade de falantes. Entender bem essa diferença entre norma-padrão e norma culta é crucial para quem trabalha à volta das questões linguísticas e suas repercussões sociais.

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino*: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editora, 2009, p. 27-28.

26. Irandé Antunes

- (A) considera irrelevante a diferença entre norma-padrão e norma culta.
- (B) opõe-se à admissão da existência de um padrão brasileiro diferente.
- (C) recomenda a adoção das regras postuladas pela gramática normativa.
- (D) critica a obediência irrestrita à norma culta, sem se levar em conta o contexto enunciativo.

27. No âmbito das práticas pedagógicas, privilegiar a concepção de “norma como prescrição de uso” implica priorizar o(a)

- (A) descrição das situações de comunicação.
- (B) domínio dos diferentes registros da língua.
- (C) desenvolvimento de uma competência textual-discursiva.
- (D) aprendizagem das regras da norma culta e das regras de escrita.

28. Os PCNLP sugerem que a escola

- (A) tome a língua escrita e a língua padrão como objetos privilegiados de ensino-aprendizagem, visto que é seu papel ampliar as possibilidades discursivas dos alunos.
- (B) escolha como único objeto de análise lingüística os padrões descritos pela gramática normativa, ainda que muitos os considerem anacrônicos e artificiais.
- (C) adote como padrão de correção as regras estabelecidas para o sistema de escrita em todas as manifestações linguísticas, em qualquer contexto de produção.
- (D) adote, como único material de apoio, a gramática tradicional, visto que ela dá conta de descrever as diferentes normas que regulam as variadas produções languageiras.

29. De acordo com os PCNLP, “a unidade básica do ensino só pode ser o texto. Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino” (p. 23). O professor precisa saber, portanto, que gêneros discursivos são

- (A) categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais e sintáticos.
- (B) construtos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas ao texto.
- (C) tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados pelas mais diversas esferas da atividade humana.
- (D) regularidades que o uso social estabeleceu para a estruturação semântica dos textos, fundadas em critérios estritamente linguísticos e formais.

30. As regras de colocação pronominal são sistematizadas no âmbito da

- (A) sintaxe.
- (B) fonologia.
- (C) semântica.
- (D) morfologia.